

III FISCALIZAÇÃO 2023
ORDENADA 27 de Junho

RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/ordenadas

TC 4470/989/23

TC de acompanhamento: 7681/989/23

Dimas Ramalho
Conselheiro

CERQUILHO

Responsável pela Fiscalização

DSF-II

UR-9

WLADEMIR DE JESUS CHIZOLINI
Agente da Fiscalização

Resíduos Sólidos

O **Tribunal de Contas** do Estado de São Paulo, no cumprimento de seu papel de orientar e de fiscalizar o cumprimento das leis aplicáveis aos seus jurisdicionados estaduais e municipais, aprimora e intensifica suas ações incentivando a correta aplicação do recurso público.

A Lei Federal nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público.

Contexto da Fiscalização

Resíduos Sólidos

A presente Fiscalização Ordenada teve o objetivo de verificar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios paulistas, observando aspectos tanto operacionais, como a Coleta, Destinação e Disposição Final de Resíduos Domiciliares, de Resíduos de Serviços de Saúde, da Construção Civil, dos Serviços de Tratamento de Água e Esgoto, quanto os relativos ao planejamento de tais ações, como a existência do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

As evidências obtidas na maioria das entidades integrantes da amostra selecionada nos dão um parâmetro importante da realidade da gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos pelas Administrações Municipais.

Os dados ora divulgados trazem a certeza de que ainda há muito a fazer e de que nossas ações ordenadas, além de subsidiar o gestor público em eventuais correções que se façam necessárias, fortalecem nossa interação com a sociedade.

Por fim, importante ressaltar que os resultados ora apresentados decorrem da conjugação de esforços de uma equipe multidisciplinar, com a imprescindível utilização de recursos tecnológicos, que permitiram à Direção da Casa inteirar-se dos trabalhos desenvolvidos em tempo real.

Números da Fiscalização Ordenada

- 274 servidores do TCESP empregados na fiscalização
- 267 municípios
- 267 órgãos fiscalizados

III Fiscalização Ordenada 2023

CERQUILHO

A. IDENTIFICAÇÃO

A.1) Prefeitura Municipal de:

Resposta: **Cerquilha**

Comentários: -

A.2) Nome do(a) Prefeito(a):

Resposta: **José Roberto Pilon**

Comentários: -

A.3) CPF:

Resposta: **27.189.898-40**

Comentários: -

A.4) Email:

Resposta: **chefedegabinete@cerquilha.sp.gov.br**

Comentários: -

B. INFORMAÇÕES GERAIS

B.1) Foi elaborado o Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme Lei Federal nº 12.305/2010?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

B.1.1) Informe o instrumento normativo, número e data da publicação (link na internet se houver):

Resposta: **Lei Municipal 3141, de 17/11/2014**

Comentários: -

B.1.2) Qual a data da última revisão do Plano Municipal ou Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos?

Resposta: **07/11/2014**

Comentários: Não houve revisão. Está em andamento através do Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê

B.2) O Município implantou formalmente algum programa de Educação Ambiental?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

B.2.1) Descrever sucintamente:

Resposta: **Programa Visitação do Centro Ambiental**

Comentários: -

B.3) Existe Conselho Municipal de Meio Ambiente instituído?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

B.4) O Município faz parte do Programa VerdeAzul do Governo do Estado?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

B.5) O Município instituiu a cobrança de taxa ou tarifa decorrente da prestação de serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, nos termos do art. 35, § 2º da Lei Federal nº 11.445/07?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

B.5.1) Informar o instrumento normativo legal (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver).

Resposta: **Lei Complementar 321, 16/12/2020**

Comentários: -

B.6) O Município definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

B.6.1) Qual?

Resposta: **ARES - PCJ**

Comentários: -

C. COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

C.1) O Município regulamentou o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

C.2) A coleta seletiva é realizada por:

Resposta: **Associações ou Cooperativas de catadores**

Comentários: -

C.2.2) No caso de Associações ou Cooperativas de catadores: o Município possui parceria formalmente estabelecida com associações ou cooperativas de catadores?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

C.3) Em termos percentuais, quanto representa a coleta seletiva do total de todo o lixo?

Resposta: **De 00% a 25%**

Comentários: -

C.4) A coleta seletiva ocorre de forma programada (determinados horários e dias da semana)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

C.4.1) Informe a rota da coleta seletiva escolhida para verificação:

Resposta: **Bairro Recanto do Sol**

Comentários: -

C.4.2) Existe publicidade da programação da coleta seletiva?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

C.4.3) Na rota verificada houve coleta seletiva?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

C.5) Existem outras iniciativas de recepção de resíduos de coleta seletiva (Pontos de Entrega Voluntária / Ecopontos / Cata-bagulho / etc.)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

C.5.1) Quais?

Resposta: **Ecoponto**

Comentários: -

D. COLETA NÃO SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

D.1) A coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) é realizada pela própria Prefeitura/Autarquia ou Terceirizada?

Resposta: **Própria**

Comentários: -

D.2) A coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) ocorre de forma programada (determinados horários e dias da semana)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

D.2.1) Informe a rota da coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares) selecionada para verificação:

Resposta: **Bairro Recanto do Sol**

Comentários: -

D.2.2) Existe publicidade da programação da coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

D.2.3) Na rota verificada houve coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

D.3) Todas as regiões do Município são atendidas pela coleta de lixo doméstico (resíduos domiciliares)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

D.4) Existe área de transbordo/triagem para os resíduos sólidos urbanos no Município?

Resposta: **NÃO**

Comentários: -

D.4.1) Informar o local de transbordo/triagem:

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2) A área de transbordo/triagem é própria ou terceirizada?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2.1) No caso de Terceirizada, informar o CNPJ da empresa contratada, modalidade da licitação ou dispensa e valor anual da contratação.

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2.2) No caso de Própria, foram verificadas irregularidades na estação de transbordo/triagem?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.2.2.1) Quais?

Resposta: -

Comentários: -

D.4.3) Existe licença de operação válida da CETESB para a área de transbordo de resíduos sólidos urbanos?

Resposta: -

Comentários: -

D.5) Existe Unidade de Compostagem no Município?

Resposta: **NÃO**

Comentários: -

D.6) Existe área de aterro sanitário (Ativo) no Município?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

D.6.1) Se Sim, o aterro é próprio ou terceirizado?

Resposta: **Próprio**

Comentários: -

D.6.1.1) Se próprio da Prefeitura, foram verificadas irregularidades no aterro?

Resposta: **NÃO**

Comentários: -

D.6.1.1.1) Quais?

Resposta: -

Comentários: -

D.6.1.2) Se Terceirizada, informar o CNPJ da empresa contratada, modalidade da licitação ou dispensa e valor anual da contratação.

Resposta: -

Comentários: -

D.6.2) Se Sim, existe licença válida de operação da CETESB para a área do aterro sanitário?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

D.6.3) Se Não, onde ocorre a disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados no Município?

Resposta: -

Comentários: -

D.7) Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

D.8) Antes de aterrar o lixo, o Município realiza algum tipo de processamento de resíduo? (serviço próprio ou terceirizado)

Resposta: **SIM**

Comentários: -

D.8.1) Qual(is)?

Resposta: **Reciclagem**
 Outros

Comentários: -

D.9) Existe aterro desativado no Município?

Resposta: **NÃO**

Comentários: -

D.9.1) Existe monitoramento do aterro desativado?

Resposta: -

Comentários: -

D.9.1.1) Quem realiza o monitoramento?

Resposta: -

Comentários: -

E. RESÍDUOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE

E.1) Foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

E.1.1) Informar o instrumento normativo legal (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver):

Resposta: **Lei Municipal 3141/2014**

Comentários: -

E.2) Os resíduos de serviços de saúde são coletados pelo próprio Município ou o serviço é terceirizado?

Resposta: **Próprio município**

Comentários: -

E.3) Existe programação de coleta de resíduos de serviços de saúde?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

E.4) O Município dispõe de coleta específica para os resíduos gerados nos serviços de saúde?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

E.5) O Município adota a incineração dos resíduos gerados nos serviços de saúde? (serviço próprio ou terceirizado)

Resposta: **NÃO**

Comentários: -

F. RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

F.1) A prefeitura possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

F.1.1) Informar o instrumento normativo (lei, decreto, outro), data e local de publicação (link na internet se houver):

Resposta: **Lei Municipal 3141/2014**

Comentários: -

F.2) Os resíduos da construção civil são reutilizados, reciclados ou encaminhados para área de aterro de resíduos da construção civil devidamente licenciada?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

G. RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

G.1) A água que abastece o Município provém de Estação de Tratamento de Água (ETA)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

G.1.1) Onde são lançados os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Água (ETAs)?

Resposta: **Corpos Hídricos**

Comentários: -

G.2) Os esgotos gerados no Município são destinados à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE)?

Resposta: **SIM**

Comentários: -

G.2.1) Onde são lançados os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Esgoto (ETEs)?

Resposta: **Aterro Sanitário**

Comentários: -

H. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

H.1) Existe(m) outra(s) ocorrência(s) digna(s) de nota?

Resposta: **NÃO**

Comentários: -